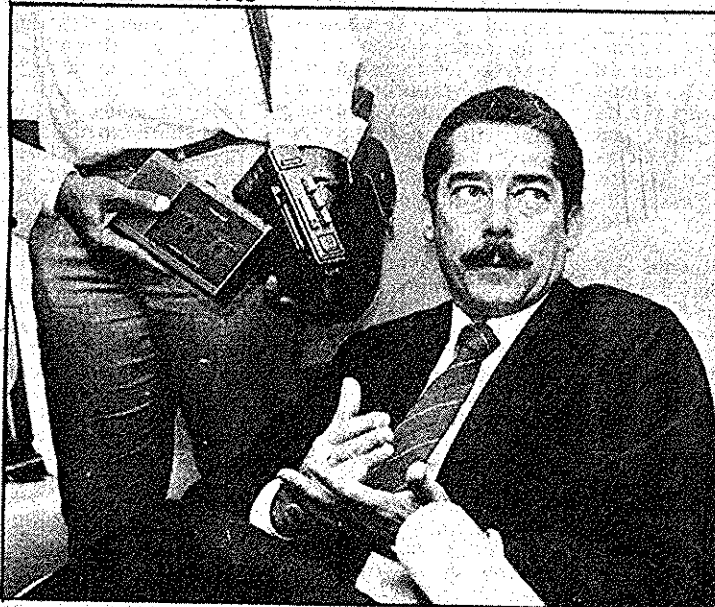


Demissão do presidente da Funai é iminente

Jurandy insiste em não assinar nova portaria sobre exploração do território indígena

ADAUTO CRUZ. ARQUIVOTCE



A crise que pode afastar Jurandy Fonseca foi apenas adiada

ROSANE GARCIA
Da Editoria de Nacional

Ao recusar o pedido de demissão do presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, o ministro Mário Andreazza, do Interior, não encerrou a crise interna do órgão, gerada com o episódio da portaria que permitia a exploração de minérios em terras dos índios. O Ministério ficou de preparar um novo documento e Jurandy diz que mesmo assim não assina.

O presidente Jurandy Marcos da Fonseca poderá ser afastado do cargo a qualquer momento porque não regulamentou, através de portaria, o decreto 88.985/83, que trata da exploração de minérios em terras indígenas. Isso frustrou mais de 200 empresas que, desde 1982, ingressaram com pedidos de autorização no órgão, dentre elas as Companhias Vale do Rio Doce (CVRD) e de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima). Jurandy justificou sua atitude dizendo que não pretendia passar para a história como genocida, repassando, indiretamente, o título aos interessados e defensores na exploração das reservas.

Embora o Ministério do Interior tenha recusado a sua demissão, deixou claro, em nota à imprensa, que uma nova portaria seria elaborada permitindo a mineração nas áreas indígenas. "Eu não assino", reafirmou Jurandy Fonseca, acrescentando que "se a minha permanência está condicionada a assinatura da portaria, então a minha substituição está confirmada".

Há três meses, quando chegou à Funai, como o quinto presidente do órgão, neste Governo, Jurandy Fonseca enfrentou séria crise. Os índios Txucarramãe, do Parque do Xingu, por mais de 40 dias haviam entrado em pé-de-guerra contra o órgão tutelar, exigindo do Governo suas terras ocupadas por fazendeiros. Ao contrário de seu an-

tecessor, sua proposta de trabalho foi de democratizar o órgão e abri-lo à participação do índio, admitindo até mesmo a co-gestão. Neste sentido, nomeou índios para cargos de direção. O índio Marcos Terena, de piloto de aeronave, foi elevado ao cargo de chefe de gabinete. O líder Megaron assumiu a direção do Parque do Xingu. O mesmo aconteceu com Daniel Coxini, colocado à frente do Parque Indígena do Araguaia.

A Funai, até então um órgão fechado à presença de seus tutelados, passou a ser de fato uma casa do índio, aberta a todos os seus problemas. As lideranças indígenas, com esse apoio, se sentiram fortalecidas e se tornaram irredutíveis em suas reivindicações. Com mais impacto e força se reavivaram os conflitos em pontos estratégicos do País e em áreas cobçadas por grupos empresariais fortíssimos.

A questão Pataxó é acirrada, envolvendo a disputa de uma área de 36.500 hectares no município balano de Pau Brasil, ocupada por mais de 400 fazendeiros, cujo faturamento anual é superior a Cr\$ 200 bilhões. Dentre vários outros conflitos que estavam prestes a estourar e que eclodiram, destaca-se a questão da rodovia Transaraguaia, que corta a reserva Karajá em 160 quilômetros, na Ilha do Bananal. Apesar da rodovia ser de interesse do Governo Federal e de centenas de grandes empresários, os índios interromperam os trabalhos e ainda ameaçaram queimar tratores e caminhões. O superintendente da Sudeco, Renê Pompeo de Pina, em ofício à Funai, pressiona Jurandy Fonseca para que "remova imediatamente os obstáculos", ou seja os índios.

Internamente, o órgão também passa por uma severa crise. Com os cofres totalmente vazios, a Funai esperava receber Cr\$ 8 bilhões e 700 milhões

para chegar até o final deste Governo sem maiores dificuldades. O dinheiro não é liberado. Na ótica de alguns observadores, a liberação estaria condicionada à assinatura da portaria que permitiria a entrada de empresas mineradoras nas reservas. Além disso, a sucessão é também um problema muito discutido no âmbito da Funai, por várias facções que almejam a direção do órgão.

No entanto, a questão principal continua sendo a regulamentação do Decreto 88.985, assinado em novembro do ano passado, cuja aplicação dependia de uma portaria. Inicialmente Jurandy Fonseca tinha uma posição favorável, acreditando que, através da exploração mineral, haveria um bom retorno em recursos para suprir a deficiência do órgão. Segundo ele, a portaria resguardaria integralmente os interesses dos índios, obrigaria as empresas a implantar a infraestrutura carente nas áreas e as comunidades teriam participação de um percentual sobre o valor bruto da produção.

Representantes de entidades de apoio ao índio e lideranças indígenas se manifestaram contra a assinatura do ato, arguindo a constitucionalidade do decreto e salientando o seu efeito genocida. Com base no parecer de caráter jurídico, antropológico e político elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia, Associação Nacional de Apoio ao Índio, Comissão Pró-Índio, Conselho Indigenista Missionário e União das Nações Indígenas, Jurandy Fonseca pediu demissão do cargo.

Se exonerado, Jurandy Fonseca deixará a Funai como herói, vítima do sistema, na visão dos povos indígenas brasileiros e possivelmente na das entidades de apoio à causa. Se confirmado, continuará sendo um obstáculo às pretensões dos empresários que ambicionam o subsolo das terras indígenas.

Ministério está surpreso com rumores

O chefe de gabinete do Ministério do Interior, Oduvaldo Azevedo Braga, manifestou-se surpreso ontem diante os boatos de demissão do presidente da Funai. Depois de uma hora e meia de audiência com o deputado Mário Juruna (PDT/RJ) o que aumentou as especulações em torno da saída de Jurandy Marcos da Fonseca, ele afirmou que estava tomando conhecimento do boato naquele instante, atra-

vés da imprensa. "Mas o ministro Mário Andreazza nem está em Brasília", lembrou Oduvaldo Braga, observando que a oportunidade para demitir o presidente da Funai, se fosse o caso, já teria passado. Ele se referia ao último despacho de Jurandy Fonseca com o ministro, quando o dirigente do órgão comunicou sua decisão de não assinar portaria regulamentando a mineração

privada em áreas indígenas e pôs o cargo à disposição.

Quanto à conversa de 1h30m com o deputado Mário Juruna, Oduvaldo explicou que foi rotineira: "O deputado tem o hábito de nos procurar e hoje falamos basicamente sobre o decreto da mineração". Juruna, que esperou quase duas horas para a audiência, disse à saída que não havia tratado de "nada importante".